

Relatório do FMI pede corte de gastos no Brasil

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — A diretoria do Fundo Monetário Internacional classificou ontem como positivo o desempenho da economia brasileira, mas manteve as críticas incluídas no relatório anual sobre o Brasil, preparado por seus técnicos. Concluiu-se, segundo revelou um dos funcionários, que a situação é razoável — ‘de regular para boa’ — e que o Governo deve adotar novas medidas para conter suas despesas. A principal recomendação do FMI é de que o Governo brasileiro deve “adotar um plano de contingências”, promovendo um ajuste fiscal mais decisivo, e cortando ainda mais os gastos públicos.

Em um de seus trechos, o relatório afirma que “para 1988, as autoridades (brasileiras) planejam reduzir o déficit operacional para 2 por cento do PIB, especialmente através de uma reforma tributária. Mas, devido às incertezas que envolvem tal reforma, seria aconselhável desenvolver-se um plano de contingência para cortar despesas. A implementação do plano fiscal do Governo contribuiria para os objetivos de crescimento e estabilização do Brasil.”

“Apesar disso”, prossegue o documento, “seria desejável a procura de um ajuste fiscal mais decisivo, daqui até 1988, para garantir uma redução duradoura da inflação e diminuir o grande peso da dívida externa, melhorando desse modo o clima para um constante crescimento do investimento e da produção”, diz o documento.

Sob a liderança do Diretor Executivo, Michel Camdessus, os diretores do FMI analisaram o informe sobre o Brasil durante quase seis horas. E, como de praxe, não se divulgou oficialmente nenhum detalhe do encontro. O Governo brasileiro foi informado sobre o resultado da avaliação através de um telegrama enviado pela entidade à Brasília.

As primeiras reações foram de alívio:

— O resultado acabou sendo mais positivo que o próprio documento analisado, que era objetivo, mas um pouco frio, como o próprio Ministro Bresser Pereira havia caracterizado.

Aqueles pontos em que já se sabia que havia uma atitude menos positiva, foram apresentando não como uma restrição mas sim como uma recomendação para que se façam esforços — disse a O GLOBO, em Washington, um funcionário brasileiro.

O relatório do FMI elogia a manutenção de “uma ativa política de câmbio”, e aponta como um fato positivo a disposição de se facilitar a abertura da economia brasileira para os investimentos estrangeiros.

O informe diz, ainda, que o congelamento foi precedido pelo ajuste do câmbio e de outros preços essenciais na economia, e que se estabeleceram regras para determinar preços e salários na época do descongelamento. Mas ressalta: “Contudo, o **staff** (do FMI) nota que essas regras, cuja intenção era a de facilitar a pronta suspensão do congelamento, podem contribuir para as distorções dos preços e, subsequentemente, introduzir um rigidez ao processo de determinação de salários e preços — e, por meio disso, impedir uma posterior queda da inflação”.

O FMI concorda com a linha proposta para a política monetária e aplaude tanto a eliminação de taxas negativas de juros no crédito à agricultura, como “as medidas que se adotarão em 1988 para garantir maior independência ao Banco Central em suas relações com o Tesouro”.

● **SATISFAÇÃO** — As primeiras informações que o Ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, recebeu ontem sobre a reunião da diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI), é de que só houve elogios para a política econômica interna brasileira. Esta notícia, segundo Bresser, lhe foi transmitida por volta das 16 horas (hora de Brasília) pelo representante do Brasil no Fundo, Alexandre Kafka. Bresser disse estar muito satisfeito com o tipo de aprovação feito pela diretoria do Fundo, que considerou, entretanto, pessimistas as previsões brasileiras de crescimento das exportações. O Ministro minimizou tal observação do Fundo, taxando-a como um fato comum por parte dos credores. Para o ano passado, por exemplo, Bresser explicou que enquanto as exportações brasileiras acumularam-se em US\$ 24 bilhões, o Fundo previa US\$ 33 bilhões. A explicação para esta superestimativa, segundo Bresser, é a tentativa dos credores de desenhar uma situação otimista de receita para os devedores que permita pagar tudo aos credores.